

Arca FM: trajetória de uma rádio comunitária na luta pelo direito à voz em Açailândia-MA

Arca FM: trajectory of a community radio in the fight for the right to speak in Açailândia-MA

Leonan Alves de Sousa Moraes | Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Graduado em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Email: leonasm@gmail.com.

Roseane Arcanjo Pinheiro | Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Professora-adjunta do Curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, da Universidade
Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul (PUCRS) e mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo
Email: roseane.ufma@gmail.com.

Resumo

Rádios comunitárias podem ser um dos caminhos para o debate acerca de uma democratização da comunicação no Brasil. Elas discutem sobre os direitos e deveres da população e são ferramentas na luta para conquistá-los. Isso justifica a espera de nove anos de uma emissora de rádio comunitária maranhense, a Arca FM, de Açailândia, para conseguir ir ao ar legalizada, processo que se estendeu de abril de 1998 a junho de 2007. Abordam-se o longo processo de resistência e a espera pela outorga através das memórias e depoimentos de quem participou da trajetória da Rádio Arca, uma emissora que nasceu para denunciar e combater o aliciamento ao tráfico humano e o trabalho escravo no Maranhão. A entrevista em profundidade foi a principal estratégia metodológica seguida para buscar respostas na experiência subjetiva dos sujeitos envolvidos.

Palabras Claves: Rádio comunitária. Rádio Arca FM. Açailândia-MA.

Abstract

Community radio stations may be one of the paths to the debate on a democratization of communication in Brazil. They discuss the rights and duties of the population and are tools in the struggle to conquer them. This justifies a nine-year wait for a Maranhão community radio station, Arca FM, from Açailândia, to achieve a legalization, a process that lasted from April 1998 to June 2007. The long resistance and wait are investigated from fragments of memories and testimonies of those who participated in the trajectory of Radio Arca, a station that was born to denounce and combat the enticement of human trafficking and slave labor in Maranhão. In-depth interviews were taken as methodological approach to seek answers in the subjective experience of the subjects involved.

Keywords: Community radio. Rádio Arca FM. Açailândia-MA.

Introdução

Rádios comunitárias são canais para uma mudança da realidade comunicacional, em função de suas ligações estreitas com as comunidades onde estão inseridas. Elas podem ser o caminho para o debate acerca de uma democratização da comunicação no Brasil. Sobre as lutas que esses veículos travam durante processos em que buscam liberação de suas outorgas, “[...] a não regulamentação e os limites que vem sendo impostos são mais por uma questão de ordem política do que técnica” (PERUZZO, 1998, p. 12). Essas emissoras têm importante papel social porque fortalecem o exercício da cidadania, debatem temas de interesses coletivos e apoiam a diversidade de vozes. Por isso, quase uma década de luta da população de Açailândia-MA para a legalização de uma emissora de rádio comunitária, a Arca FM. Foram longos nove anos até conseguir ir ao ar regulamentada pelo Ministério das Comunicações, um processo que se estendeu de abril de 1998 a junho de 2007, com atos de resistência contra as tentativas de “cessar voz” através das intervenções, apreensões e lacres de equipamentos realizados pela Anatel.

O interesse pelo trabalho realizado pela Arca FM surgiu em meados de 2013, quando se realizava apuração de informações para uma atividade acadêmica a respeito do trabalho escravo na região de Açailândia-MA. Na ocasião veio à tona a existência do veículo e de como contribuía junto ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH/CB), uma entidade regional de referência no combate ao tráfico humano e trabalho escravo no Maranhão. Buscou-se em seguida verificar o dia-a-dia da emissora de rádio comunitária e, a partir disso, tornou-se clara a necessidade de tornar mais conhecido o trabalho da Arca FM, o que motivou as pesquisas para documentar a sua precursora história de luta na região sul do estado.

A Rádio Comunitária Arca FM tem sua programação feita para e pela comunidade. Desde a sua fundação, a emissora se preocupou com o combate ao aliciamento de pessoas para o trabalho escravo na região e em outros estados, o que despertou a insatisfação de muitos, já que a cidade, e mais exatamente a Vila Ildemar, bairro em que atualmente está instalada a emissora, é um dos principais focos dos “gatos” (ou aliciadores) na busca pela mão-de-obra para essa atividade de exploração humana, que se aproveita da vulnerabilidade da população, da pobreza, do desemprego e da falta de informação para convencer ardilosamente pessoas a deslocarem-se de suas moradias até carvoarias e roças, na esperança de obter alguma renda e custear as despesas de suas famílias.

A emissora de rádio também desenvolve atividades de formação em comunicação comunitária para jovens. Atualmente, muitos desses ex-participantes dos cursos da Arca FM atuam em rádios comerciais da cidade e de outras regiões, além disso, ocupam cargos em emissoras de televisão, em equipes de assessoria de imprensa e estão diretamente engajados nos movimentos sociais na luta pela defesa dos direitos humanos. A Arca tem servido de referência para rádios regionais e projetos de associações que ainda buscam suas outorgas. Nestes 19 anos de funcionamento tem apoiado a instalação e as atividades de muitas outras emissoras comunitárias por todo o sul do estado.

Por toda essa trajetória e pelo cumprimento de sua função social enquanto veículo da comunidade, de garantia da voz dos moradores e promoção das identidades culturais da localidade, o que tem sido incomum em nossa região, a Arca FM precisa ser alvo de estudos, pesquisas e iniciativas de registro desses marcos da radiodifusão comunitária no Maranhão.

Buscou-se registrar com a pesquisa, o período de lutas enfrentado pela emissora na busca por sua outorga, abordando o longo processo de resistência e espera pela legalização através das memórias e depoimentos de quem participou e acompanhou de perto a Rádio Arca, desde as primeiras reuniões para alinhar os documentos necessários ao pedido da frequência até a concessão da autorização para funcionar. Objetivou-se contribuir não apenas para o âmbito acadêmico, mas primou-se também por abrir espaço para a discussão, na universidade e na comunidade, sobre o papel social que têm esses veículos de comunicação. O debate dessas questões também teria como consequência o questionamento das reais intenções e interesses de outras emissoras de rádio que têm concessão de comunitárias e não o são. Portanto, o estudo contribui ainda para a compreensão do discurso sobre a democratização da comunicação e a sua relação com a atividade de radiodifusão comunitária.

A pesquisa bibliográfica identificou obras de referência sobre a radiodifusão comunitária e desenvolvimento local. Durante esse período de levantamento identificou também materiais que tratassem ou citassem de alguma forma a Rádio Arca FM de Açailândia e sua atuação marcada pelo engajamento com a defesa dos direitos humanos na cidade e principalmente na luta contra o aliciamento de mão-de-obra para o trabalho escravo em fazendas e carvoarias da região.

A análise de documentos possibilitou a visualização dos registros sobre a atuação da emissora, além de permitir determinar que informações seriam necessárias obter com mais profundidade, numa próxima etapa metodológica, a das entrevistas. Documentos como algumas atas de reuniões dos membros da Associação Rádio Comunitária Açailândia (Arca FM), publicações, informativos e fotografias foram alguns dos materiais encontrados em seu prédio atual, no bairro Vila Ildemar. Também foram encontradas, na página online do Ministério das Comunicações, publicações referentes à outorga da emissora.

Outro recurso metodológico imprescindível para a elaboração desta pesquisa foi a entrevista em profundidade: a atividade de explorar temáticas através da busca de informações, noções de mundo e experiências de informantes. O objetivo desta técnica está relacionado à possibilidade de fornecer elementos para a percepção de condições, cenários, contextos e estruturas de problemas.

A entrevista em profundidade é uma técnica que busca respostas na experiência subjetiva de fontes escolhidas por serem possuidoras de informações que se deseja ter conhecimento (DUARTE, 2006, p. 64). Ela demonstra quão variadas são as maneiras de se perceber e entender acontecimentos.

Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. Possibilita ainda identificar problemas, microinterações, padrões

e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada. (DUARTE, 2006, p. 63)

A técnica de entrevista, meio pelo qual a colheita da memória se fez possível, permitiu perceber as diferentes maneiras de notar e descrever os fenômenos. A entrevista é a aproximação do pesquisador com a realidade que se propôs a estudar. “O que sinto, e apenas sinto, é que, quando o jornalista realiza bem essa aproximação, a entrevista se torna uma experiência. Uma experiência de olhar o mundo e ouvir o outro” (CAPUTO, 2010, p. 28).

Em sua obra *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, o pesquisador Jorge Pedro Sousa, dedica espaço à entrevista em profundidade (ou como sugere, entrevista intensiva), no qual ressalta a obtenção de dados para a pesquisa como finalidade da entrevista e reafirma a relevante experiência da relação entrevistador-entrevistado.

A sua principal vantagem, como o nome indica, reside na possibilidade de se obterem informações pormenorizadas e aprofundadas sobre valores, experiências, sentimentos, motivações, ideias, posições, comportamentos, etc. dos entrevistados (SOUSA, 2006, p.722).

A entrevista em profundidade pode ser classificada como aberta ou semi-aberta. A entrevista aberta tem caráter exploratório e flexível, quando não há ordem predeterminada de perguntas. Parte de temática ou assunto amplo, uma questão central, corre de maneira livre e é aprofundada em direção aos aspectos que o entrevistador identifica como significantes (DUARTE, 2006, p. 64).

A semi-aberta parte de um roteiro guia de questões. Apesar disso as perguntas podem ser alteradas no decorrer da entrevista. O modelo une a flexibilidade das perguntas, não totalmente estruturadas, com um roteiro de controle procedente do problema da pesquisa. Em grande parte, a entrevista é dirigida pelo informante, valorizando suas experiências e conhecimentos, mas ajustada ao roteiro de quem pesquisa. Para a condução e realização das entrevistas desta pesquisa escolheu-se usar esse segundo tipo de entrevista em profundidade: a semi-aberta, com questões semi-estruturadas e modelo de roteiro-guia de questões.

Rádios comunitárias no Brasil: obstáculos e lutas

Rádios comunitárias são emissoras de rádio de baixa potência (25 watts) em frequência modulada (FM) e de caráter local, sem autorização para formar rede com outras emissoras comunitárias vizinhas. São restritas ao raio de 1 km de cobertura, a partir da antena de transmissão, não podem ter publicidade, sendo permitido apenas patrocínio na forma de apoio cultural, sem fins lucrativos (NEUBERGER, 2012, p.98).

Essas emissoras têm como objetivo dar oportunidade às comunidades em que estão instaladas de discutir abertamente seus interesses locais, com pluralismo de opiniões, proporcionando o desenvolvimento sócio-político-cultural e econômico, devendo manter sua programação com informação, entretenimento, manifestações culturais e artísticas locais, sem discriminação

racial, religiosa ou de gênero, livre de aceção por diferenças de condições sociais e de direcionamentos político-partidários.

Emissoras de rádio comunitária estão por todo o Brasil. Segundo informações divulgadas no site do Ministério das Comunicações, no país, 3.954 municípios possuem uma rádio comunitária¹. No segundo semestre de 2014, o órgão federal também anunciou uma lista de 699 cidades que deveriam receber rádios comunitárias do novo Plano Nacional de Outorgas, o que corresponderia à radiodifusão comunitária chegando a 76,7% das localidades brasileiras². Dentre as outorgas dessa lista, 29 estavam direcionadas para municípios do Maranhão³. Assim, atualmente o estado possui 172 outorgas de rádios que se denominam comunitárias⁴.

Apesar da aparente ideia de que o governo federal está comprometido e empenhado com a viabilização das outorgas para legalização de emissoras de rádios comunitárias, a história não é bem assim (ou nem sempre foi assim). Só após anos de lutas o serviço de radiodifusão comunitária pode ser regulamentado através da Lei 9.612/98 e do Decreto 2615/98. Os procedimentos para receber concessão, no entanto, ainda são burocráticos e chegam a levar anos.

Cicília Peruzzo (2007, p. 194) lembra que “o embate não foi e continua não sendo fácil, pois o Ministério das Comunicações insiste em fechar emissoras sem autorização para funcionamento, que ele próprio retarda a concessão”. Assim, muitas comunitárias têm buscado, no Judiciário, liminares para continuarem funcionando. Mas essa medida não é eficiente para todos os casos. Mesmo após “quase dez anos de Lei de Radiodifusão Comunitária, a despeito dos mais de 17 mil pedidos de outorga, somente foram autorizados menos de 3 mil” (CABRAL; CABRAL, 2010 *apud* NEUBERGER, 2012, p. 99).

As rádios comunitárias devem ser administradas unicamente por associações abertas à participação das comunidades e fundações comunitárias locais sem fins lucrativos, ou ter a programação controlada por conselhos eleitos pelos ouvintes de onde está instalada. Mas nem toda rádio comunitária legalizada age como uma emissora comunitária que visa o desenvolvimento local, como também há emissoras não regulamentadas que desempenham importante papel social nas comunidades em que estão inseridas.

Peruzzo (1998, p. 9) descreve alguns tipos de emissoras de baixa potência que se intitulam comunitárias. São elas: a) as emissoras eminentemente comunitárias, de responsabilidade e gestão de organizações da comunidade; b) as que prestam algum serviço comunitário, mas são de controle de uma ou poucas pessoas e que visam assim o lucro; c) as totalmente comerciais, com conteúdo similar às convencionais e sem vínculos com a comunidade local; d) as de caráter político-eleitoral, ligadas a candidatos, a cargos eletivos e partidos políticos; e) e ainda as emissoras religiosas, ligadas a setores de igrejas católicas e evangélicas, sustentadas por esses grupos religiosos e/ou pela venda de espaços para publicidade. Assim a pesquisadora conclui que muitas rádios comunitárias não agem como tal.

Outros grandes desafios enfrentados pelas rádios comunitárias dizem respeito às limitações impostas pela Lei. A exigência de potência máxima de 25 watts e raio de cobertura de 1 km, para Volpato (2010), não considera “as múltiplas e ilimitadas formas de organização popular que podem e geralmente excedem esta área, já que demarcações comunitárias englobam outros fatores, e não tão somente limites geográficos”. Comunidade e região estão inseridos numa complexidade social que não foge às delimitações físicas, contudo não se limita a elas (PERUZZO; VOLPATO, 2009, p. 151).

Por causa da enorme diversidade de situações, densidades demográficas, relevos e outras características existentes no imenso território brasileiro, seria mais razoável adotar uma legislação flexível, que defina parâmetros menos rígidos em nível federal que pudessem sofrer complementações e adaptações em nível local (GHEDINI, 2009, p. 82).

A legislação também impede a formação de redes para a cobertura conjunta de eventos culturais e a troca de saberes entre comunidades. As comunitárias também são alijadas do uso de publicidade, o que dificulta a sustentabilidade dessas emissoras, e não têm proteção contra a interferência de outros serviços de radiodifusão, podendo ser punidas se, por outro lado, forem as causadoras de interrupções para as outras emissoras. Sobre isso Ghedini comenta:

Isso quer dizer que qualquer um que queira pode cobrir o sinal de uma comunitária, sem que esta tenha a quem recorrer. É o caso de se perguntar para que serve a lei e a autorização se ambas não garantem a proteção mais elementar à operação de uma emissora. Proteção que a legislação assegura a qualquer outro serviço de telecomunicações e radiodifusão, por exemplo, as emissoras comerciais (GHEDINI, 2009, p. 81).

Para Peruzzo (1998, p. 12) isso demonstra claramente que “a não regulamentação e os limites que vêm sendo impostos são mais por uma questão de ordem política do que técnica”. Por ser uma conquista no processo de democratização da comunicação, elas têm sido alvo de ataques desde as primeiras experiências. É bem por isso que também representam uma ameaça para interesses dos grupos empresariais das telecomunicações e para o Governo. A autora conclui que “elas são portadoras de um conteúdo político que amedronta os três poderes constituídos”:

Elas subvertem o poder exercido pela oligarquia local ou desmarcaram seu caráter antipopular. [...] O grande perigo das rádios comunitárias está na cidadania que ela faz despertar no ouvinte, ao promover a troca de papéis: de ouvinte o cidadão passa a falante e os mandões locais (...) de falantes a ouvintes. [...] É insuportável aos membros do Poder Judiciário, por exemplo, ouvir depoimentos de trinta ou cinquenta queixosos, de que as filas à porta dos tribunais de pequenas causas não avançam (MANZANO, 1997 apud PERUZZO, 1998, p. 7).

As palavras do jornalista Nivaldo Manzano descrevem bem a rádio comunitária sobre a qual a pesquisa busca registrar: a emissora Arca FM, que “despertou”, em certa medida, o exercício da cidadania em Açailândia, localizada em uma região marcada por projetos socioeconômicos de impacto ambientais e por desigualdade social.

Arca FM, do anseio popular à legalização

A Associação Rádio Comunitária de Açailândia (Arca FM) está atualmente instalada no Bairro Vila Ildemar, cidade de Açailândia, interior do estado do Maranhão. A Arca FM tem 19 anos de atividades como rádio efetivamente comunitária, mas só há 10 atua regulamentada pelo Ministério das Comunicações.

A rádio comunitária iniciou suas atividades em 24 de abril de 1998. Apoiada por entidades, associações e principalmente pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (CDVDH), órgão responsável pela iniciativa de fundação da rádio e pela busca da outorga, a emissora já nasceu comprometida com o combate ao aliciamento de pessoas para o trabalho análogo ao de escravo na região.

A cidade de Açailândia é conhecida como a “cidade de aço” pelos seus grandes empreendimentos do setor siderúrgico. Mas da rica fonte de minérios também brota uma fonte de mão-de-obra para o trabalho escravo em várias partes do país. Segundo a publicação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXF*, entre 2002 e 2004, a cidade era a terceira colocada em números de casos de trabalho escravo de todo o território nacional. O bairro Vila Ildemar, local onde fica a emissora de rádio, é um dos mais populosos do município e é foco do aliciamento de mão-de-obra para o trabalho escravo na região (principalmente na produção de carvão para siderúrgicas e atividades de grande exploração em fazendas) e em outros estados.

Durante o processo de regulamentação, a Arca FM passou por diversos entraves burocráticos, uma vez que desenvolve a comunicação independente e trabalha a temática do trabalho escravo, o que incomodou na região e o que, de certa forma, justifica o processo de nove anos para a liberação da concessão da emissora (SILVA; MOURA, 2011, p. 7).

Ainda em seus primeiros anos de funcionamento, a emissora comprometeu-se com a formação de jovens através de cursos em Comunicação Comunitária. Como bem lembra a militante espanhola Carmen Bascáran (missionária comboniana que, por homenagem a seu engajamento, teve seu nome dado ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia), o povo precisava de voz: “não uma voz qualquer, mas uma voz com qualidade”⁶. O ideal de capacitar novos radialistas para assumirem o espaço de comunicadores dentro da emissora nascia ali.

Em parceria com o Padre Nonato, que integrava a Pastoral da Comunicação de Imperatriz-MA, cidade vizinha, deu-se início aos primeiros cursos de capacitação em comunicação radiofônica e comunitária para jovens do município de Açailândia. Ali mesmo, no centro da cidade, tomava corpo o sonho de um meio de comunicação que “pudesse ser voz dos que não têm voz”.

Desde sua fundação, já foram mais 600 jovens contemplados através das atividades desenvolvidas pela emissora. Ocorreram cursos de “Locução e Jornalismo Comunitário”, “Entendendo a Mídia” e “Comunicar Para o

Mundo”, oferecidos em parceria com a ONG nacional Repórter Brasil. Outros cursos de Rádio foram desenvolvidos, em parceria com o Centro de Defesa, nos municípios vizinhos São Francisco do Brejão, Bom Jesus das Selvas e no Assentamento Califórnia.

Uma das primeiras dificuldades enfrentadas pela rádio estava relacionada com a necessidade de se conseguir uma numerosa quantidade de documentos, até então desconhecidos pelos próprios cartórios da região. As exigências da legislação da época eram novas para os órgãos que estavam responsáveis para emitir os documentos solicitados pelo Ministério das Comunicações.

Como era uma situação muito nova até para o próprio governo, a gente teve nosso processo arquivado porque no ato de constituição da nossa documentação, não sei se por má fé ou falta de conhecimento, o cartório registrou nossos livros e atas de fundação em um livro cartorário errado. Como o governo não tinha essa sensibilidade política na época e as rádios comunitárias não eram bem-vindas, nosso processo foi arquivado em Brasília e foi suspensa a tramitação do processo.⁷

Mesmo sem a outorga do Ministério das Comunicações, a Arca FM iniciou suas atividades e já dispondo dos equipamentos para funcionar, ali mesmo, nas instalações do Centro de Defesa, a rádio decide ir ao ar sem a liberação dos órgãos regulamentadores. Antônio Filho⁸, militante na luta pela emissora e membro-fundador da Arca, explica que a decisão de estar no ar era também motivada por ser uma das formas de se demonstrar resistência ao que parecia mais um “cessar voz” por parte das autoridades:

Como forma de resistência, assim que a gente deu entrada na documentação da rádio em Brasília, até por orientação do movimento nacional das rádios comunitárias [...] logo que conseguimos formar a documentação e fundar a associação, em seguida nós decidimos colocar a rádio no ar com uma programação feita por jovens e adolescentes.

Durante o período em que funcionou sem outorga, foi por três vezes autuada. Nas primeira e segunda vez em que foi notificada pela Polícia Federal (PF), a emissora foi fechada e teve todos os seus equipamentos lacrados. Apesar disso, a associação realizou assembleias e reuniões com a comunidade e tomou decisão uníssona: rádio para ser rádio precisa estar no ar.

E na terceira vez que ela foi fechada a Anatel veio com cinco ou seis homens da Polícia Federal, todos armados. Ai entraram na rádio e desta vez eles apreenderam e levaram todos os equipamentos: transmissor, equalizador e mesa de som. Na época eu fui preso e respondi um processo na justiça por violação à lei de telecomunicações.⁹

As várias intervenções causaram revoltas na população que foi às ruas da cidade para protestar pelo funcionamento da rádio. Apesar da presença dos órgãos regulamentadores e até da Polícia Federal durante as autuações, a comunidade não se deixou intimidar, fator que motivou a continuidade do grupo que buscava outorga e que o muniu de forças para pensar e manter formas de resistência. Fabrícia Carvalho, militante na luta pela Arca FM, ressalta esse apoio da população e credita a força do movimento ao engajamento da comunidade.

Quando foi encaminhada a documentação para a legalização, ela foi endossada por um número também significativo de assinaturas. Não eram só algumas entidades que estavam pedindo, mas uma população referendou o pedido da Arca. Isso fazia com que o grupo conseguisse manter-se unido e passar por cima, e inclusive desrespeitar, as intervenções da Anatel e da PF, que a gente sabe que é grave, mas não tínhamos outra forma [...] tínhamos muito apoio da população, se não tivéssemos, não teríamos conseguido reabrir a rádio tantas vezes.¹⁰

Após a terceira intervenção, a emissora passou um longo período fora do ar e, só em 2004, o Centro de Defesa conseguiu desarquivar a parte da primeira documentação enviada primeira vez (SILVA, 2011, p. 54). Mas logo foi preciso uma nova documentação, pois no centro da cidade outra emissora de baixa potência já havia recebido autorização para funcionar e as questões legais exigiram a revisão do projeto técnico. Era preciso deixar de funcionar no prédio do Centro de Defesa e ser deslocada para outro local.

A Rádio Esperança conseguiu, em 2006, a autorização para ir ao ar no centro da cidade e não era possível, conforme as exigências do Ministério das Comunicações, duas emissoras de baixa potência atuarem no mesmo raio de abrangência. O empresário Vanderlei Trombela, militante na luta pela Arca, relembra a época:

Nós precisamos realocar ela daqui quatro quilômetros. Pois nessas alturas já tinha outra [...] e ela já estava em funcionamento legal. Veja bem como que é a situação: ela muito depois de nós colocou a documentação e já havia sido autorizada e a nossa não. Agora você deduz: por que a nossa não? A nossa não porque era uma rádio que falava a verdade e defendia o interesse dos menos favorecidos.

Mas a mudança de localidade no projeto técnico, sua saída do Centro de Defesa, centro da cidade, para o bairro Vila Ildemar, não foi encarada como uma perda. A liberação de outorga para funcionar num bairro em processo de formação nas áreas de periferia da cidade parecia coroar a luta da emissora, pois com aproximadamente 35 mil habitantes, a localidade não era assistida pelo governo municipal e, além disso, era ponto estratégico do aliciamento de pessoas para a exploração em trabalho escravo. A rádio parecia caminhar rumo ao encontro da sua verdadeira luta e motivo de ser.

Assim, em 13 de dezembro de 2006, a rádio comunitária é informada que consegue a autorização definitiva para funcionar, faltava agora esperar 90 dias para que se efetivasse o direito real de colocar sua programação no ar, e, pela primeira vez, a rádio vai ao ar legalizada em abril de 2007, com programação desenvolvida através do debate e participação da comunidade, livre de proselitismo político-partidário, religioso ou de qualquer outra natureza.

Inicialmente, na Vila Ildemar, a rádio não funcionou em um prédio próprio, mas em um espaço alugado pelo morador Pedro Araújo, que cedeu um espaço de sua própria residência por um baixo preço. Só após algum tempo e com o auxílio e doações de diversos membros do Centro de Defesa, outros colaboradores e prêmios que a emissora conseguiu ao divulgar seu trabalho, foi possível erguer um prédio próprio e definitivo para a Arca FM.

Toda a burocracia enfrentada pela rádio na busca pela regulamentação e autorização do Ministério das Comunicações é comum a muitas emissoras de fato comunitárias em todo o Brasil. O que aparentemente pode ser visto como um caso à parte, uma exceção, parece ter se tornado regra à maioria dos veículos que estão engajados na luta para dar voz às comunidades.

Atualmente a emissora Associação Rádio Comunitária Açailândia conta com uma equipe de 13 locutores, um secretário, 45 sócios e, além do Centro de Defesa, seis entidades do município – são elas: o Grupo de Casais da Igreja Católica (ECVC), a Paróquia São Sebastião, o Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o abrigo de idosos Lar Frei Daniel e os Motoqueiros Selvagens. A equipe de diretores é formada por Luana Ramalho, André Cardoso, Francelmir de Lima e Silva, Andreia Lima, Brígida Rocha e Maurício Santos.

Por falta de pessoas disponíveis ainda há alguns espaços não preenchidos na grade semanal da emissora e a programação jornalística da Arca FM ainda é pouca. Apesar do cenário atual, a rádio já esteve com sua grade mais completa e com muitos outros programas jornalísticos na programação semanal. Entre eles, destacavam-se o “Voz da Comunidade”, que ia ao ar de segunda a sexta-feira, das 12h às 13h, e o programa do Centro de Defesa, “Direitos Humanos: um desafio para a vida”, que era veiculado nas manhãs de sábado, das 8h às 10h.

Uma voz contra o trabalho escravo

A cidade de Açailândia-MA está localizada em um ponto estratégico para o desenvolvimento de projetos federais dos anos 60, para a exploração da Região Amazônica. Desde que foi incluída na zona agroindustrial do Programa Grande Carajás, a região tornou-se área prioritária para a implantação de empreendimentos industriais. O município, que é cortado por duas rodovias e duas ferrovias, tornou-se importante área para o escoamento da produção do minério de ferro gusa, exportado para países da Europa e da Ásia e para os Estados Unidos (MOURA, 2016, p. 89). Todos esses benefícios fizeram da região a melhor alternativa para a instalação de grandes empreendimentos, que conseqüentemente trouxeram grandes impactos ambientais e socioeconômicos.

A missionária e fundadora do Centro de Defesa, Carmen Bascáran, ao comentar sobre esse momento da cidade de Açailândia, lembra que a pobreza extrema e o desrespeito aos direitos básicos da vida no município contrastavam com o “ver passar caminhões e caminhões, riquezas e riquezas” extraídas da região sem qualquer preocupação com as pessoas que deveriam ser alcançadas por todo esse processo de desenvolvimento local do qual tanto se falava.

A partir da criação do Pólo Siderúrgico de Carajás, desencadearam-se processos ambientais e sociais com a implantação da atividade carvoeira na região. E são em carvoarias as primeiras denúncias de trabalho escravo em Açailândia, Maranhão, seguidas das fazendas de gado, principalmente na atividade econômica de limpeza do pasto para a plantação do capim; atividade chamada pelos trabalhadores de roço de juquirá (MOURA, 2016, p. 91).

Bascáran comenta que a temática do trabalho escravo não nasce, a priori, com o Centro, mas aos poucos ela começa a chegar à equipe e a chamar a atenção deles. A missionária espanhola relembra o dia em que dois homens, os senhores Antônio Deusdetes e Francisco, procuram o prédio da entidade e começam a contar suas histórias. De início ela e os demais membros do Centro perceberam que algo precisava ser feito. A equipe decidiu tomar conhecimento da situação de trabalhadores duramente explorados em atividades desgastantes, situações que desrespeitavam e colocavam em risco a vida. A equipe então tomou emprestado o carro dos padres combonianos e dirigiu-se até as carvoarias.

Topamos com as carvoarias! Ficamos lá, dias com eles, morando com eles. E víamos as comidas que tinham, víamos como trabalhavam, bebíamos da mesma água cheia de porcaria, de pregos, de baratas, que eles bebiam. E eles nos contavam histórias de como trabalhavam e vimos que ali era trabalho escravo: eram escravizados mesmo. Nós vimos como aquela gente morava. Acho que nenhum fazendeiro tem os animais morando naquelas condições, pior que animais.¹¹

Assim, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascáran (CDVDH/CB) iniciou suas atividades de combate ao trabalho escravo na região de Açailândia, uma temática que, a partir dali, estaria ligada cada vez mais à missão da entidade.

Quando chegamos aqui, nós preparamos toda uma denúncia, fizemos um vídeo, chamamos o Ministério do Trabalho. O Ministério veio, e, na semana dos Direitos Humanos, apresentamos o vídeo e executamos a denúncia. Então imagina: as siderúrgicas que ninguém havia tocado nunca! O Ministério então se comprometeu a fazer uma fiscalização e fechou, de um golpe, todas as carvoarias da região. Imagine que se as siderúrgicas ficam sem carvão, não podem trabalhar. Imagine a raiva que iam ter [...] quando ninguém tinha tocado nunca contra eles.¹²

Mas a ação despertou a oposição e ameaças ao CDVDH/CB. Percebeu-se a necessidade de um meio de comunicação que tratasse do combate ao trabalho escravo e que combatesse a investida de outros grupos na tentativa de descreditar a atividade da entidade. Surgia, assim, a luta pela Associação Rádio Comunitária Açailândia. Nascia a Arca FM.

Então eles começaram a colocar os meios de comunicação contra a gente, começaram a nos ameaçar, começaram a fazer o que eles faziam. [...] nós temos que ter um meio de comunicação para que nós possamos ter a nossa voz. [...] Naquele momento saiu o edital, coincidiu, para as rádios comunitárias [...] saímos às ruas para pedir assinaturas e nós pegamos 8 mil assinaturas pessoais, e mais de 36 entidades apoiaram. E aí começou o processo de abrir a rádio comunitária, com a cara, a coragem, as pernas e pedindo essa assinatura.¹³

Desde sua fundação, a Arca FM tem desenvolvido parcerias que possam auxiliar na divulgação do trabalho escravo em Açailândia, um tema que, segundo Trombela¹⁴, só foi tratado primeira vez em Açailândia e região pela emissora comunitária, revelando assim seu papel precursor no combate ao aliciamento de pessoas para a exploração humana.

A população, de um modo geral, só veio tomar conhecimento desse assunto através da rádio comunitária, não tinha outro meio, nem televisão, nem rádio. [...] A única rádio que começou a falar sobre isso foi a rádio comunitária no Centro de Defesa. [...] a equipe do Ministério do Trabalho então começou a vir com mais frequência.

Assim, a Arca FM desenvolvia suas campanhas informando sobre condições de trabalho aceitáveis e dignas, informando sobre a maliciosa forma de aliciamento e as falsas promessas de emprego prometidas e esclarecendo à comunidade sobre seus deveres e direitos.

Considerações Finais

A necessidade de enfrentar o desrespeito à dignidade de mulheres e homens da cidade de Açailândia, no sul do Maranhão, motivou a fundação da rádio comunitária Arca FM, e a luta pela outorga. A cidade de Açailândia foi local da instalação de projetos econômicos de forte impacto social e econômico, baseados na exploração do minério de ferro. Por isso, a cidade enfrentava, nos anos 90, as mazelas do trabalho escravo nas fazendas e carvoarias que abasteciam as siderúrgicas locais.

A principal marca da trajetória da Rádio Arca, desde o começo, foi denunciar a exploração dos trabalhadores rurais, submetidos às jornadas extenuantes e ao risco de vida. Essa bandeira gerou perseguições e críticas à emissora, porque a atuação dela afrontou interesses econômicos e políticos.

Durante os nove anos de mobilização pela concessão, entre 1998 e 2007, a emissora funcionou, com o apoio de segmentos da população, da igreja e dos movimentos sociais. Foi lacrada por três vezes e obrigada a rever seu projeto inicial, com a mudança do bairro onde iria ser instalada, mas enfim venceu os obstáculos burocráticos do demorado processo de concessão da licença pelo Ministério das Comunicações.

As ações da rádio, que têm o apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da cidade, mostraram que o engajamento da sociedade civil pode resultar em processos que reforçam nas comunidades mais excluídas o potencial de mudarem suas condições de existência.

Bibliografia

- CABRAL, Adilson; CABRAL, Eula. A digitalização como repressão tecnológica: o impasse das rádios comunitárias. In: MAGNONI, Antônio Francisco; CARVALHO, Juliano M. de (org.). *O novo rádio: cenários da radiodifusão na era digital*. São Paulo: Ed. Senac, 2010.
- CAPUTO, Stela Guedes. *Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006.
- GHEDINI, Fred. *Nas ondas sonoras da comunidade: a lutas pelas rádios comunitárias no Brasil*. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2009.

MANZANO, Nivaldo. Escândalo no Ar. *Revista Caros Amigos*. Maio de 1997. p. 10-13.

MOURA, Flávia de Almeida. *Trabalho escravo e mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses*. São Luís: EDUFMA, 2016.

NEUBERGER, Rachel Severo Alves. *O rádio na era da convergência das mídias*. Cruz das Almas/BA: Editora UFRB, 2012. Disponível em: [http://www.repositorio.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/769/1/o%20radio_na_era_da_convergencia\(1\).pdf](http://www.repositorio.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/769/1/o%20radio_na_era_da_convergencia(1).pdf). Acesso em 11/5/2016.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. In: BARBOSA, Marialva (org.). *Vanguarda do pensamento comunicacional brasileiro: as contribuições da Intercom (1977-2007)*. São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/0cf7c7322bd0fe372f667d1f035c6ce5.pdf>. Acesso em 11/5/2016.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. *Biblioteca Online das Ciências da Comunicação*, 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>. Acesso em 11/5/2016.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling; VOLPATO, Marcelo. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Líbero*, 2009. p. 139-152. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/6790/6132>. Acesso em 11/5/2016.

SILVA, Rosiane de Oliveira. *Rádio Comunitária como espaço de construção de Cidadania. Um estudo sobre a Rádio Comunitária de Açailândia como rede de denúncia do trabalho escravo*. São Luís, 2011.

SILVA, Rosiane de Oliveira; MOURA, Flávia Almeida. Estudo sobre o funcionamento de canais de comunicação que “atraem” ou “libertam” trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo no município de Açailândia e Codó (MA). Trabalho apresentado na II Conferência Sul-americana/ VII Conferência Brasileira Mídia Cidadã: Amazônia e o direito de comunicar. 17 a 22 de outubro de 2011. Disponível em: http://www.unicentro.br/redemc/2011/conteudo/mc_relatos/Relato_Oliveira%20Silva.pdf. Acesso em 11/5/2016.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media. 2ª edição revista e ampliada. Porto, 2006. *Biblioteca Online das Ciências da Comunicação*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>. Acesso em 11/5/2016.

Notas

1. Documento encontrado no endereço <http://www2.mcti.gov.br/documentos/espaco-radiodifusor/plano-nacional-de-outorga-2017-2019-2.pdf>. Acesso em 20/4/2017.

2. Documento encontrado no endereço <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/07/municipios-serao-beneficiados-com-radios-comunitarias>. Acesso em 20/4/2017.
3. Documento encontrado no endereço <http://www.ma.gov.br/ministerio-das-comunicacoes-lanca-edital-para-radios-comunitarias-em-29-cidades-maranhenses/>. Acesso em 20/4/2017.
4. Documento encontrado no endereço <http://www2.mcti.gov.br/documentos/espaco-radiodifusor/plano-nacional-de-outorga-2017-2019-2.pdf>. Acesso em 20/4/2017.
5. Documento encontrado no endereço http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/trabalho_escravo_no_brasil_do_%20seculo_%20xxi_315.pdf. Acesso em 20/4/2017.
6. Entrevista concedida a Leonan Moraes no segundo semestre de 2016.
7. Trecho de entrevista concedida a Leonan Moraes por Antônio Filho, no segundo semestre de 2016.
8. Entrevista concedida a Leonan Moraes, no segundo semestre de 2016.
9. Trecho de entrevista concedida a Leonan Moraes por Antônio Filho, no segundo semestre de 2016.
10. Entrevista concedida a Leonan Moraes no primeiro semestre de 2016.
11. Trecho de entrevista de concedida a Leonan Moraes por Carmen Bascáran, no segundo semestre de 2016.
12. Trecho de entrevista de concedida a Leonan Moraes por Carmen Bascáran, no segundo semestre de 2016.
13. Trecho de entrevista de concedida a Leonan Moraes por Carmen Bascáran, no segundo semestre de 2016.
14. Entrevista concedida a Leonan Moraes no segundo semestre de 2016.